

ELABORAÇÃO DE UM GLOSSÁRIO DE TERMOS ECONÓMICOS – UM DESAFIO PARA O ORIENTADOR E PARA O TRADUTOR

Maria Ivone Osório Cardoso e Cunha

A expansão dos sectores económico, financeiro e bolsista, imposta pelo desenvolvimento abrupto do mercado de capitais, leva ao aparecimento de novos conceitos e terminologia que é necessário dominar. Os especialistas, apesar de dominarem os conceitos económicos, não estão habilitados, pela sua formação académica, para *a tradução para fins específicos*. A maior parte das vezes, os tradutores vêem-se obrigados a recorrer a outros glossários que só existem em LI, ou em Língua Portuguesa falada no Brasil, cujas traduções se afastam da realidade portuguesa. Portanto, torna-se necessária a implementação de glossários de domínios específicos, na medida em que tais ferramentas de trabalho irão ser mais valias no âmbito da tradução, até porque são praticamente inexistentes em LP.

O presente artigo irá focar alguns aspectos da tradução técnica que assentam nas dificuldades tradutivas encontradas quer na elaboração de um glossário de termos económicos por alunas do curso de Tradução Especializada¹, quer na orientação do mesmo feita por uma docente de Língua Inglesa².

Tais dificuldades ocorrem, por vezes, pela não articulação de áreas distintas como a Língua Inglesa (LI) e a Economia, nomeadamente:

1. Na escolha do vocábulo / expressão que melhor explique o(s) termo(s) tendo em conta a não adulteração da realidade da língua de partida.
2. Na escolha do vocábulo / expressão que melhor traduza o(s) termos(s) tendo em conta o contexto em que se insere na língua de chegada.
3. Na não utilização de técnicas como a tradução oblíqua e os falsos amigos para a tradução de vocábulos / expressões do presente glossário.
4. Na dificuldade que o tradutor e o especialista têm, por vezes, em fazer o tipo de distinções acima referidas.

5. Pelo facto do tradutor e do especialista não trabalharem em equipa com um investigador da área de Língua para Fins Específicos/Ocupacionais (LFE/LFO).

A presença de “*un lexique structuré, linguistique et un lexique terminologique et nomenclatureur*” (Coseriu, 1966) que intervêm na ligação entre os dois domínios supra referidos parecem, à primeira vista, ser inconciliáveis. São mesmo os verdadeiros causadores de obstáculos em termos de tradução uma vez que, pelo desenvolvimento acelerado da ciência e da tecnologia, o aparecimento de novos conceitos e áreas conceptuais leva à criação de novas normas e/ou à adaptação ou empréstimo de vocabulário específico de áreas diferentes, o que pode causar algum constrangimento ao tradutor (Cabré, 1999).

Também alguns investigadores portugueses se debruçaram sobre esta problemática na elaboração de glossários, nomeadamente Faria *et al.* (2001) e Lameiras (2002). Os primeiros referem que (2001: 26): “(...) *a língua de especialidade, materna ou estrangeira, é a língua utilizada pelos especialistas de um domínio para comunicarem entre si, acerca desse domínio ou área do saber.*” Para os terminólogos (*op.cit.*), a língua de especialidade “*é o subsistema linguístico que compreende o conjunto dos meios linguísticos próprios de um domínio particular do saber (disciplina, ciência, técnica, profissão, etc.) visando a não ambiguidade na comunicação*” (cf. Lino, 1991: 209). E é pelo facto de a língua de especialidade dar ênfase por um lado, ao processo de formação dos termos utilizados na denominação de conceitos de uma determinada área e por outro, às relações que estes estabelecem entre si e os conceitos que denominam, que causa algumas dificuldades. Pelo que a formação de tradutores e intérpretes em domínios específicos deveria ser contemplada num futuro próximo, para que não se constatassem tais problemas.

De facto, essa falta de formação em áreas específicas foi referenciada inúmeras vezes quer pelas alunas, ao longo da elaboração do presente glossário, quer pela orientadora, na medida em que a sua formação académica não contemplou LFE/LFO. Mas tais dificuldades também são partilhadas pelos economistas que nem sempre conhecem o vocabulário semi-técnico (cf. Nation, 2001), o que leva, de igual modo, os especialistas a sentirem dificuldades ao nível da tradução. Apesar de dominarem os conceitos da especialidade (económicos, financeiros, entre outros), parece que, por vezes, são desconhecedores dos cromatismos vocabulares e terminológicos que certas

traduções parecem envolver. Isto porque a sua formação académica provavelmente não foi vocacionada nem para o domínio da terminologia, nem tão pouco para *a tradução para fins específicos*, apesar de os ter preparado para a *tradução técnica* que mais adiante diferenciarei. Daí que, pelos motivos acima invocados, a elaboração de glossários seja algo complexo. Assim sendo, tradutores e especialistas necessitam de recorrer a outros glossários que apenas existem em LI, já que as traduções existentes são, na maior parte das vezes, em Português falado no Brasil, (cf. Dicionário Novo Michaelis, 1983)³. Portanto, torna-se necessária a implementação de glossários de domínios específicos (LFE, em particular LFO) disponíveis em Língua Portuguesa, na medida em que tais ferramentas de trabalho irão ser mais valias no âmbito da tradução⁴, até porque irão permitir a comunicação entre os seus directos utilizadores.

Para a elaboração deste tipo de glossário torna-se primordial definir, como ponto de partida:

- qual o sub-domínio a tratar dentro da área da Economia;
- que letras do abecedário irão ser abrangidas na investigação, visto que, numa primeira abordagem, não se pode elaborar um glossário de A a Z;
- que tipo de termos serão analisados.

No caso particular do glossário que consta do anexo, a aluna responsável pela sua elaboração circunscreveu a recolha aos termos usados nas estratégias comerciais.

Em relação às letras escolhidas, sob a minha indicação, a opção foi seleccionar apenas a letra A dada a profusão de termos encontrados.

Por último, a selecção dos termos foi feita independentemente da sua categoria gramatical (podiam ser nomes, verbos ou outras), por exemplo: “*absorption*”, “*aging*” e “*accumulated depreciation*”, entre outros.

Deste modo, estavam estabelecidos os pressupostos do ponto de partida. A partir daqui, era essencial começar a analisar os glossários existentes, verificando os termos no texto de partida e a sua respectiva tradução no texto de chegada. Além do mais, seria necessário incluir uma revisão da literatura sobre o tema para ver se os problemas detectados ao nível da tradução teriam ou não algum eco por parte de investigadores (Lewis, 1993, Newmark 1995, Cabré, 1999, Nation, 2001, entre outros), e outros autores que se tivessem

debruçado sobre glossários de termos económicos semelhantes (cf. Farrell, 1990, Nation, 1990, Coxhead, 1998, entre outros).

Como orientadora, afigurou-se-me que seria útil que a aluna pesquisasse alguns autores que tivessem investigado os problemas tradutivos em geral, para, em seguida, reflectir sobre o processo de tradução de glossários específicos, dado que a literatura específica sobre este domínio é parca (cf. Farrell, 1990).

Em primeiro lugar, foi necessário proceder a uma escolha dos termos a traduzir, tendo em conta a sua relevância e teor de utilização. Em seguida, tentou ver-se se o conceito correspondia ao termo (processo onomasiológico) (Cabré, 1999: 8), ou se poderia haver um alargamento do conceito. Depois, verificou-se se a tradução (já existente noutros glossários) estava completa e correspondia ao conceito (processo semasiológico) (*op.cit.*), ou, se pelo contrário, se tornava imperioso acrescentar mais alguma noção ou se a expressão era utilizada na sua versão original, sem qualquer tradução. No glossário elaborado pela aluna houve, de facto, as situações referidas, como seja as expressões “*accounts receivable turnover*” (explicação e expansão do conceito), “*absolute priority*” (tradução literal) e “*anti-dumping*” (versão original), respectivamente. Estas situações ocorrem porque na tradução técnica todo o processo é bem mais complexo, uma vez que este tipo de tradução se esquivava aos conceitos e à terminologia criada para descrever os processos mais ou menos mecânicos tal como Newmark (1995) reconhecia. Num número reduzido dos casos, a tradução ocorre pela simples substituição de signos de uma língua por signos de outra. Essa substituição é, apenas, um efeito final que não explica o processo tradutivo na sua totalidade, pois a tradução é um processo mental baseado na intuição de conteúdos situados em contextos. A chamada substituição de signos é causa, não efeito. Isto porque a polissemia no léxico comum é a homonímia na terminologia (Cabré, 1999: 40). Na *tradução para fins específicos* parece não ser suficiente ter apenas um emissor, já que nela deverão intervir o tradutor, o especialista e o professor de LFO e, neste caso específico, o receptor que irá receber o código previamente trabalhado pelos emissores.

Como a situação a que anteriormente aludimos é rara ou, na prática, inexistente, isso dá origem a problemas de ordem vária, sobretudo e com mais frequência na área económica, dado que não é um domínio estanque, recebendo e fornecendo contributos de e para outras áreas científicas (por

exemplo da/para a Contabilidade, do/para o domínio financeiro, da/para a área da Bolsa) (cf. Dicionários de *Accounting*, *Banking* e *Economics*, da Longman), o que torna difícil a separação dos termos e a sua consequente tradução, uma vez que a barreira entre estas áreas é bastante ténue, pouco definida e até recorrente.

A situação há pouco referida conduz à primeira dificuldade tradutiva. A segunda prende-se com a *construção* de um glossário bilingue (Inglês – Português) numa área específica (Economia), acrescida do facto de determinados termos, sobretudo na área económica e financeira, reflectirem conceitos que nem sempre são coincidentes nas duas línguas, o que dá origem a uma certa insegurança em relação ao equivalente encontrado e proposto (por exemplo, “*accounts receivable balance pattern*” e “*accrued liability*”).

Assim, traduzir um texto técnico apresenta não só o desafio (tanto para o tradutor como para o orientador) de conhecer e dominar o idioma de partida, mas também de ter um conhecimento profundo da área a trabalhar.

Esta questão é ainda mais complexa quando estamos a traduzir um glossário. Não existe apenas um texto a traduzir. O suporte textual vai-se buscar a inúmeros textos onde o termo, no caso, a palavra/expressão semi-técnica (cf. Farrell, 1990) e o léxico especializado não técnico (Ferrara e Fine, 1988) coexistem e aparecem de um modo recorrente, o que irá tornar a standardização de termos difícil, embora seja o objectivo principal deste tipo de tradução que se destina a uma utilização futura de diversos públicos-alvo (Cabré, 1999). Daí que se torne primordial elaborar qualquer tipo de glossário tendo por base a análise de *corpora* linguísticos.

No entanto, Newmark (1995:87) constatou que a “*technical translation is primarily distinguished from other forms of translation by terminology... (which) usually makes up about 5-10% of a text*”⁵. Se considerarmos a percentagem de vocabulário técnico que emerge num texto de onde vamos retirar os termos mais frequentes para elaborarmos o glossário, decerto acharemos que o número não é, de todo, significativo, o que parece, à primeira vista, ser paradoxal já que não será difícil para o especialista dominar este tipo de tradução. Todavia, não é só a quantidade de termos técnicos que é importante, até porque para grande parte deles, na ausência de um equivalente técnico na língua de chegada, nem sempre se torna difícil encontrar senão o termo correspondente (“*accrual*”), pelo menos o que é mais adequado ao contexto (“*acréscimo*”). O que se torna deveras

complexo é separar a sobreposição de domínios em que o mesmo termo, por vezes, ocorre (“*topic related words*”, Nation, *op.cit.*). Cabré (1999: 59) também os refere: “...*a set of subcodes that partially overlap with the sub codes of general and technical language*”, o que pode levar a outro tipo de traduções, como, por exemplo, “*provisão*”, em linguagem económica.

Nem todos os investigadores chegaram aos mesmos resultados que Newmark (*op.cit.*). Farrell (1990: 189) investigou o vocabulário “(*... semi-technical and technical (...)* and in his corpus 44% of the lemmas were semi-technical, and 27.7% technical.” Daí que Nation (2001: 203) seja de opinião que esse tipo de vocabulário deva ser ensinado ao aluno: “(*... language teachers need to prepare learners to deal with them (technical words)*.” Mas é, de facto, no vocabulário semi-técnico, “(*... because it does not contain technical words, but rather formal vocabulary*” (Nation, 2001: 17) (cf. Cabré, *op.cit.*), que residem as maiores dificuldades, já que ele agrega os mesmos vocábulos para áreas diversas, “(*... by systematically restricting the range of topics or language uses (...)*” como, por exemplo, no caso de “*accrual*”, “*accounts receivable balance pattern*” e “*accrued basis*”, entre outros. No entanto, além da informação intralinguística, há outra, extralinguística, que relaciona a palavra com outras redes de relações e conceitos que complicam a separação de acordo com a área – economia, finanças ou outra –, o que vai contrariar esses propósitos de standardização que já referi.

Portanto, o passo seguinte será a escolha do termo que não adultere a realidade na língua de partida e a subsequente escolha do termo que tenha em conta o contexto da língua de chegada, não esquecendo a ligação com a língua de especialidade (utilizada entre os especialistas para comunicarem entre si sobre determinados conceitos desse domínio). Até porque, segundo Nation (2001:18) “*technical words contain a variety of types which range from those that do not usually occur in other subject areas (amortisation) to those that are formally like high frequency words but which have specialised meanings (demand, supply, most used in economics)*.”

É aqui que o tradutor tem de assumir o papel de intermediário entre a ferramenta de trabalho e o especialista, tendo em vista que uma tradução é um processo “(*... aimed to facilitate communication between speakers of different languages*” (Cabré, 1999:47). “*Technical translators must have some familiarity with the subject matter they are translating*” (*op.cit.*) porque o leitor é, ou pode ser, um especialista. Mais

adiante, a investigadora conclui (*op.cit.* 67) “(...) *special languages have a single purpose, in the sense that they are used in a special social setting and for communication*”.

Contudo, o que parece acontecer com frequência é que uma simples equivalência do termo de uma língua para outra pode não ser suficiente por ser demasiado limitativa, sendo necessário proceder à sua explicação para que o sentido, o domínio visado e a respectiva tradução fiquem mais claros e completos. Isto porque, segundo Cabré, (1999:48) há que “(...) *provide information on how to use the term, and, ideally, provide information about the concept in order to ensure translators use the precise form to refer to a specific content.*” Muitas vezes, os próprios tradutores actuam como terminologistas no sentido de encontrar “*equivalents for those terms that are not listed in the available vocabularies nor in specialised data banks*”. No caso do presente glossário, esta situação foi ultrapassada pelo facto de se terem criado termos que não existiam em LP como é o caso de “*anti trust laws*” e “*asset swap*”.

Foi o que aconselhei a aluna a fazer, uma vez que o glossário era um projecto de fim de curso e se destinava, numa primeira fase, a um tipo de leitores (o júri) que teria dificuldade em avaliar, por si só, os termos sem uma explicação anexa. Além disso, aquando da futura publicação do referido glossário, o que iria ser efectuado num segundo momento, havia que ter em linha de conta que ele seria utilizado não só por especialistas, mas também por estudantes ou funcionários de empresas que, por vezes, não dominam determinados conceitos e contextos na totalidade. Portanto, só através da descodificação contextual seria possível encontrar a tradução correspondente a esse domínio, ou seja, o que eu apelido de *tradução para fins específicos*, onde deveria entrar, em parceria com o tradutor, o especialista, o professor de língua, como referi no ponto 4.

Uma outra vertente a explorar na elaboração do glossário seria a de decidir que sub-domínio se deveria analisar, dado que a área económica envolve vários sectores: o bancário, o financeiro, o da bolsa, entre outros. Havia, portanto, que ponderar se seria ou não oportuno abrangê-los a todos. Para isso, tornava-se necessário comparar glossários semelhantes no sentido de verificar se a nossa escolha seria idêntica, ou se enveredaríamos por outros caminhos.

Em relação aos glossários consultados, tanto eu, enquanto orientadora, como a aluna, verificámos que os seus autores escolhiam uma abordagem oposta à que queríamos levar a cabo. Ao analisarem os domínios anteriormente

referidos, não faziam referência a outra área em que o termo podia ocorrer, porque, por vezes, as palavras são coincidentes e até se sobrepõem. De facto, não faziam um estudo tão exaustivo e completo como seria exigível para a elaboração de um glossário de termos económicos.

Se o objectivo do presente trabalho era fazer uma análise mais aprofundada desses termos, tínhamos de estabelecer um conjunto de normas de selecção para delimitar o campo de estudo.

A primeira derivou do próprio alfabeto em si. Para se fazer um glossário pormenorizado, nunca se poderia ir de A a Z porque se correria o risco de privilegiar a quantidade e não a qualidade. Portanto, apenas se estudou a letra A. No total, foram encontrados 183 termos. Em seguida, aconselhei a aluna a não se limitar apenas à tradução do termo, como em alguns dos glossários consultados⁶, mas proceder, de igual modo, à sua explicação, para que o sentido e a tradução escolhidos ficassem mais claros e completos, como acima referi. Esse foi, de facto, o desafio mais importante com que, tanto a aluna como eu, nos confrontámos, dado que a Economia está presente em muitas áreas, tornando difícil separar os diferentes sub-domínios, o que leva às dificuldades tradutivas enumeradas nos pontos 1, 2 e 3.

Para começar, a maior parte dos glossários tratavam os termos de uma forma demasiado técnica e teórica, sem se preocuparem em traduzir e explicá-los na língua de chegada⁷. Quando o faziam, o teor era demasiado técnico, teórico, limitativo e pouco criativo, tornando o conceito demasiado abstracto, como é o caso de “*accomodation*” e “*accountability*”, entre outros. Tal constatação era o resultado da colaboração inexistente entre tradutores, especialistas de línguas e economistas.

Assim, induzi a pesquisa noutras fontes como as revistas *Dinheiros e Direitos*, *Exame*, *Executive Digest*, *Vida Económica* e *Visão*, e jornais como o suplemento de negócios do *Diário de Notícias*. Neles, o recurso à paráfrase e ao empréstimo era um procedimento comum, sem se preocuparem com o seu equivalente em português, o que empobrecia a tradução.

Em seguida, considerámos fundamental recorrer ao dicionário, fonte convencional de pesquisa, indispensável e seguro.

Por último, a consulta na Internet pareceu ser, de longe, a fonte mais rica e passou a ser a mais utilizada, dado que proporcionou um manancial de informação actualizada, rápida e abrangente.

Como orientadora, socorri-me, inúmeras vezes, da inestimável colaboração dos especialistas (em especial, de um colega da área de Economia, Dr. Freitas Santos), não só para a clarificação de alguns termos, como também para a escolha da tradução mais apropriada, para assim evitarmos as situações de *défi*ce vocabular encontradas nas palavras dos glossários a que tivemos acesso.

Outra das preocupações residiu na escolha dos vocábulos escolhidos e traduzidos (cf. homonímia). A aluna decidiu eliminar termos familiares já mais explorados e explicados, como “*annual*”. A razão de tal escolha teve por base não tornar o glossário apenas uma listagem de termos, mas um trabalho de investigação actual, completo, com uma explicação clara e coerente dos mesmos.

Contudo, decidimos incluir outros termos de fácil tradução e até mesmo de tradução literal porque, quando considerados e utilizados em contexto económico, assumem significados diferentes como “*abandonment*”, “*annuitize*” e “*arbitrage*”, entre outros.

Depois destas considerações preliminares que pesaram na orientação e elaboração do glossário, irei analisar as dificuldades de tradução que fomos encontrando.

A primeira delas prende-se com o facto das línguas não serem uma listagem de palavras que correspondem a realidades iguais e encerrarem, como refere Coseriu (1966), um léxico linguístico e nomenclador. Isto porque cada idioma tem as suas próprias experiências, realidades e percepções sociais, tornando-se necessário encontrá-las e traduzi-las de acordo com os dois tipos de léxico a que o linguista francês se referiu. Além disso, como explica Zimmerman (1987:58), na área económica “(...) *texts are rarely on domestic animals and family, but rather on more complicated (...) matters with overlapping concepts*”.

Daí que haja necessidade de evitar o “*global meaning*”, segundo Eikmeyer e Reiser (1981:147), num documento com estas características, salientando a importância do contexto para a correcta e completa explicação dos termos.

Em relação aos recursos utilizados, caso não fosse necessário proceder à explicação anexa, optou-se pelo recurso ao decalque – o empréstimo do

sintagma à língua de partida, traduzindo de forma literal os elementos que o compõem – uma das soluções para suprir problemas tradutivos.

Foi o que aconteceu com expressões como “*account*” “*sales*”, “*accumulate*” e “*accrued interests*”, entre outros.

Outro recurso utilizado foi a *tradução oblíqua* que consiste na procura de equivalentes por uma via menos directa. Ou seja, sempre que a aluna encontrava um equivalente instituído na língua de chegada, o que se veio a verificar em grande parte dos casos, recorreu à adaptação que, para Vinay e Darbelnet (1972), constituía o limite na tradução, utilizando-se em situações de ausência de equivalente perfeito para o termo original. Talvez o presente tipo de tradução tenha sido, de longe, o mais usado, o que demonstra a enorme dificuldade de que se reveste a *tradução para fins específicos*, uma vez que muito mais do que termos técnicos, ela abrange, de uma maneira substancial, o vocabulário semi-técnico. Assim, para as expressões:

- “*abandonment*” a aluna não se limitou a traduzir o conceito (abandono/abate), uma vez que, no contexto económico, assume outro significado (baixa de um bem do activo fixo, ou dos direitos da sua produção)⁸.
- “*arbitrage*”: este termo é, por norma, associado ao desporto. No entanto, no domínio económico refere-se a uma acção simultânea de comprar qualquer bem económico (acções, bens, moeda, etc.) num mercado para, em seguida, o vender noutra, a um preço mais elevado.
- “*autarky*” que, à primeira vista, poderia parecer análogo a autarquia, tem origem grega e significa auto-suficiência. A tradução do termo é autarcia (controlo económico por parte do governo de um país, com vista a reduzir a dependência do comércio externo).

Penso que a aluna terá seguido o pensamento de Vinay e Darbelnet (*op. cit.*) quando optou pelo presente tipo de tradução: “(...) *le bon traducteur ne traduit pas seulement les mots, mais la pensée qui est derrière et pour cela, il se réfère constamment au contexte et à la situation*”.

As dificuldades tradutivas encontradas relacionam-se com o facto de a língua de partida (LI) ser muito mais directa e precisa, visto que é, por excelência, a língua dos negócios, da economia (cf. Moreno,1997), enquanto que a língua de chegada (LP) não tem qualquer tipo de supremacia ao nível económico. Daí que muitas das expressões que na LI não têm mais de duas palavras resultam, em LP, em três ou quatro, pela necessidade do uso de palavras de ligação:

- “*absorbed overheads*” traduzido por “*despesas gerais absorvidas*”, “*accounts receivable balance pattern*” que foi traduzido por “*modelo de balanço de créditos sobre terceiros*”.

Porém, em duas situações, ocorreu o inverso:

- “*account balance*” foi traduzido por “*saldo*” e “*adverse balance*”, cuja tradução foi “*défiçe*”.

Aquando da elaboração do glossário, apercebemo-nos que uma grande parte das expressões presentes, quer em textos da especialidade, quer noutros glossários eram termos, por norma, não associados à área económica pertencendo, ao vocabulário sub-técnico. Ou seja, palavras/expressões do léxico geral que, quando inseridos em certos domínios, assumem significados diferentes, por exemplo:

- “*acid test*” que se traduz por “*teste de liquidez*” e não por teste ácido, como à primeira vista poderia parecer⁹.

Por último, gostaria também de fazer referência a alguns *falsos amigos* que poderiam ter levado a más escolhas tradutivas, se não fosse a pesquisa feita em vários *sites* brasileiros e espanhóis. Assim, “*acid test*”, “*annuitizę*” e “*arbitrageur*” não se deverão traduzir por “*teste ácido*”, “*árbitro*” e “*anuidade*”, mas por “*teste de liquidez*”, “*montante anuitário*” e “*arbitragista*”.

Como professora de IFO, orientadora e investigadora destas temáticas, estou convencida que este tipo de vocabulário deve merecer a nossa especial atenção, dado que é o maior provocador de dificuldades e constrangimentos a nível tradutivo.

A globalização dos mercados e dos fenómenos empresariais tem conduzido ao crescimento de uma maior complexidade ao nível empresarial, que se traduz num conseqüente avolumar da responsabilidade e na necessidade de ter conhecimentos mais vastos e diversificados nas áreas económicas, financeiras e da informática, entre outras. Dado que o conhecimento científico e tecnológico é feito em LI, parece ser vital uma colaboração estreita entre o tradutor, o especialista e o professor de IFO, no sentido de colmatar tais lacunas.

Pelas razões enumeradas ao longo do presente artigo, importa reflectir sobre as dificuldades que existem na *tradução para fins específicos*, nomeadamente na elaboração de glossários na área económica, sendo urgente formar tradutores e intérpretes com alguns conhecimentos destas áreas específicas, sob pena de, por desconhecimento dos domínios da Economia, se poderem fazer traduções deficientes como as que se foram encontrando nos diversos glossários consultados, ao longo do presente trabalho, o que decerto irá inibir a produção deste tipo de ferramentas que são praticamente inexistentes no nosso país.

¹ A utilização do glossário foi feita com a autorização de Carla Andreia Silva, a aluna responsável pelo mesmo.

² A docente é professora de Inglês dos Cursos de Contabilidade e Administração, Comércio Internacional e Marketing.

³ Meu parêntesis.

⁴ A expressão *inicializar uma negociação*, em língua portuguesa falada no Brasil, significa em português: *iniciar*) o que, como se pode constatar, afasta da realidade portuguesa.

⁵ <http://www.glossarist.com/glossaries/business>

<http://www.nfa.futures.org/basic/glossary.asp?term=actuals>

⁶ cf. *Diário de Notícias*, suplemento Negócios de 3 de Maio de 2003, respectivamente nas págs. 1,7,8, 14,15,18,19,20,22,24,27,28,30e31.

⁷ cf. Nota 6.

⁸ Para os termos acima analisados, cf. <http://www.bizekac.uk/virtual/economy/library/glossary>.

⁹ Sobre os termos acima referidos, cf. <http://www.glossarist.com/glossaries/business>, <http://www.nfa.futures.org/basic/glossary.asp?term=actuals> <http://investorwords.com/cgi-bin/getword.cgi?term=actuals>

BIBLIOGRAFIA

- ASHWORTH, J. (2003). “The doomed partnership.” in *Accounting and Business*, n° 3 March, pp 22-23.
- BAKER, M. (1997). *In other Words*. New York, Routledge.
- BERMAN, M. (1984). *Playing with Words*. Oxford, Pergamon Press.
- BLACK, J. (1997). *Dictionary of Economics*. Oxford, OUP.
- CABRÉ, T. (1999) *Terminology: theory, methods and applications*. Amsterdam, John Benjamins Publishing Company.
- CHETWYRD, C. (2003). “What Keeps the CEO Awake at Night.” in *Accounting and Business*, n° 3 March, pp 45-47.
- COSERIU, R. (1966). *Quelques Considérations sur la Sémantique Lexicale et la Terminologie*. Paris, Le Hague Mouton.
- Diário de Notícias*, n°s 48988 e 48989, “Suplemento Negócios”, Maio 2003.
- EIKEMEYER, H.; H. Reiser (1981) (eds). *Words, Worlds and Contexts, New Approaches in Word Semantics*. Berlin, Walter de Gruiter.
- Exame*, n° 210, Fevereiro 2002, p.14.
- FARIA, A. *et ali*. (2001) “A contabilidade e o ensino da Língua Inglesa.” in *TOC*, n° 28, Setembro, pp 26 – 42.
- FARRELL, P. (1990) “Vocabulary in ESP: a lexical analysis of English of electronics and a study of semi-technical vocabulary.” *CLCS Occasional Paper*, 25, Dublin, Trinity College.
- <http://www.glossarist.com/glossaries/business>
<http://www.nfa.futures.org/basic/glossary.asp?term=actuals>
<http://investorwords.com/cgi-bin/getword.cgi?term=actuals>
<http://www.bizkac.uk./virtual/economy/library/glossary>
- HUSSEY, R. (1999). *Dictionary of Accounting*. Oxford, OUP.
- LAMEIRAS, T. (2002) “Inglês no ensino de Contabilidade e Gestão.” in *TOC*, n° 27, Junho, pp 50 – 54.
- LEHMAN, J. (2002). “Some Desiderata for the Measurement about Price Discovery across Markets.” in *Journal of Financial Markets*, vol. V, n° 3, July, pp 259-276.
- LEWIS, C. (1993). *Lexical Approach*. Hove, LTP Publications.
- MALMKJAER, E.; J. Willams (1998) *Context in Language Learning and Understanding*. Cambridge, CUP.
- MORENO, J. (1997). “Neologismos Ingleses en el Lenguaje Empresarial.” in Piqué e Besó (eds). *La Lengua Inglesa in contextos academicos*. Valencia, Nau Llibres, pp 453-457.
- MOUNIN, G. (1962). *Linguistique et Traduction*. Bruxelles, Dessait et Mardaje.
- NATION, I. (2001). *Learning Vocabulary in Another Language*. Cambridge, CUP.

NEWMARK, P. (1995). *A Textbook of Translation*. New York, International Book Distributors Ltd.

Novo Michaelis, Dicionário Económico de Português-Inglês (1983). São Paulo, Edições de Livros do Brasil.

NUNES, M. (1999). *Termos Económicos*. Lisboa, Casa da Moeda.

Pequena e Média Empresa, Lisboa, CFE n° 35, Setembro, 2002.

SALVATORE, D. (1986). *International Economics*. Essex, John Wiley and Sons Inc.

SANTOS, F. (1995). *Dicionário de Inglês-Português de Economia*. São Paulo, Edições Europa América.

SWALES, J. (1990). *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings*. Cambridge, CUP.

The Economist, March 22nd, n° 28, 2003, pp14-31.

Time, (2003) n° 24, 2003.

VINAY, J.; J. Darbelnet (1972). *Stylistique Comparée du Français et de l'Anglais*. Paris, Didier.